

# O sombrio diagnóstico da FGV

A análise da Fundação Getúlio Vargas conclui que o Brasil não pode mais pagar a dívida, e prevê que nossa capacidade de importar cairá à metade.

O que pode acontecer com o índice de custo de vida se o Conselho Monetário Nacional cortar realmente o subsídio dos derivados de petróleo e de trigo? Na opinião do economista Otto Nogami (foto), secretário-executivo da Fundação do Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), da Universidade de São Paulo, "no caso dos derivados, o impacto do corte dos subsídios poderá provocar três efeitos".

— Primeiro teríamos — afirmou ele — um impacto direto e imediato: aumento do preço da gasolina. Um outro efeito ocorreria sobre os meios de transportes, com aumentos nos valores dos fretes e das tarifas, tudo isso a médio prazo. Teríamos também um terceiro efeito, bem mais direto, que seria o provocado pela elevação dos gastos com energia utilizada para os processos de mecanização de um modo geral.

Segundo o secretário-executivo da Fipe, "cada um desses itens tem um impacto diferente sobre o Índice do Custo de Vida, que é impossível de se medir num primeiro momento, pois os efeitos poderão ser os mais diversos sobre os preços. Otto Nogami lembrou ainda: "Em termos globais, a fluência dos derivados de petróleo na formação do custo de vida é relativamente pequena, com a ressalva de que essa repercussão é diferenciada, nas várias classes de renda: o impacto é menor nas classes de menor poder aquisitivo".

O especialista da Fipe entende

## Trigo ou gasolina: o que provocará mais inflação?



Oswaldo Júnio

que "os efeitos do corte dos subsídios do trigo, anunciados pelo governo, serão bem maiores sobre o cálculo do custo de vida, porque o trigo é matéria-prima básica para a produção do pão, da farinha de trigo, do macarrão, do biscoito e de outros produtos de consumo básico que possuem grande peso no cálculo do Índice do Custo de Vida".

### Desindexação

Já com relação à restrição das

despesas de custeio das estatais, Otto Nogami é mais otimista:

— As estatais normalmente não estão preocupadas com o seu nível de despesas, pois não pertencem a seus dirigentes. Isto implica em um comportamento empresarial sem a preocupação de gerar receita ou fechar o balanço com um superávit. Em suma: se der prejuízo, o governo banca, simplesmente, como tem bancado. Assim, essa restrição das despesas poderá implicar em um disciplinamento dos dirigentes das estatais de uma maneira geral, tanto da área estadual como da federal.

O economista explica que "o expurgo da correção monetária em si vai atingir diretamente tudo que gira em torno das ORTN, ou seja, os reajustes de aluguéis, a remuneração das cadernetas de poupança (exceto os juros), e os critérios de remuneração do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Tudo isso implicará em grandes mudanças nas regras atuais do jogo da nossa economia. Uma consequência imediata da desindexação seria a alteração da metodologia de cálculo dos vários índices que medem os efeitos inflacionários, como o Índice de Custo de Vida, Índice de Preços no Atacado, Índice da Construção Civil e até mesmo do próprio INPC".

— Acho que a desindexação da economia seria uma medida salutar, pois eliminaria a realimentação do processo inflacionário, já que a correção monetária, em última instância, não deixa de ser um fator realimentador da inflação.